



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Fundamentos.

## OS FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS QUE EMBASAM O SERVIÇO SOCIAL NA SUA GÊNESE E DESENVOLVIMENTO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A PROFISSÃO

Estelamaris da Cunha Borges<sup>1</sup>  
Rúbia Graziela de Souza Sagaz<sup>2</sup>  
Fillipe Perantoni Martins<sup>3</sup>

**Resumo:** O nascimento e o desenvolvimento do Serviço Social foram diretamente influenciados por algumas correntes filosóficas, que serviram como fundamentos históricos, teóricos e metodológicos para a profissão. Este trabalho visa apontar tais fundamentos, buscando apreender a construção do Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, a partir da influência dessas correntes.

**Palavras-chave:** Decadência Ideológica. Serviço Social. Pragmatismo. Marxismo.

**Abstract:** The birth and development of Social Service were directly influenced by some philosophical currents, which served as historical and theoretical foundations for the profession. This paper aims to point out these foundations, seeking to apprehend the construction of Social Service, as a profession inserted in the socio - technical division of labor, from the influence of these currents.

**Keywords:** Ideological decadence. Social Work. Pragmatism. Marxism.

### 1. Notas introdutórias: a nova ciência burguesa

O capitalismo ao surgir e se estruturar como modelo político, econômico e social de organização societária estabeleceu mudanças materiais, político-sociais, além de alterações espirituais e ideológico-culturais no curso da produção e reprodução da vida humana. À consolidação e perpetuação da dominação hegemônica material e espiritual que a classe capitalista impôs ao se perpetuar, damos o nome de nova ciência burguesa que, para Lukács (2010), representou um quadro de inteira decadência ideológica.

O significado da decadência ideológica lukacsiana pode ser averiguado no interior da divisão social do trabalho das sociedades capitalistas, após meados do século XIX<sup>4</sup>, observadas ainda as suas implicações nas esferas sociais e culturais da vida. Lukács, em sua

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <estelamarisdacunhaborges@gmail.com>.

<sup>2</sup> Profissional de Serviço Social. Universidade Federal Catarinense.

<sup>3</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <estelamarisdacunhaborges@gmail.com>.

<sup>4</sup> Com o advento da Revolução Industrial, primeiramente na Inglaterra, espalhando-se para os demais países capitalistas.

obra “Marx e o problema da decadência ideológica”, ao categorizar a decadência ideológica, afirma que,

Essa liquidação de todas as tentativas anteriormente realizadas pelos mais notáveis ideólogos burgueses, no sentido de compreender as verdadeiras forças motrizes da sociedade, sem temor das contradições que pudessem ser esclarecidas; essa fuga numa pseudo-história construída a bel prazer, interpretada superficialmente, deformada em sentido subjetivista e místico, é a tendência geral da decadência ideológica. (LUKÁCS, 2010, p. 53)

Sendo assim, a nova ciência burguesa não se mostra preocupada em construir conhecimento que terá a materialidade social como elemento central do debate. No campo das ciências sociais ela tende a negar o desenvolvimento socio-histórico e, conseqüentemente, produzir e reproduzir um conhecimento que não possui como pressuposto central o universo das atividades concretas e sensíveis dos homens. Além disso, sua intencionalidade é a manutenção da ordem capitalista. A decadência ideológica burguesa, segundo Lukács, “[...] tem início quando a burguesia domina o poder político e a luta de classe entre ela e o proletariado se coloca no centro do cenário histórico. [...] Agora não se trata de saber se este ou aquele teorema é verdadeiro, mas sim se é útil ou prejudicial ao capital” (LUKÁCS, 2010, p. 110)

## **2. A natureza do Serviço Social, gênese e desenvolvimento socio-histórico, funcionalidade e legitimidade da profissão**

A origem do Serviço Social é diretamente influenciada por essa concepção de mundo supracitada, que atinge diretamente as ciências sociais e a forma de compreensão e intervenção dessas ciências e seus agentes na realidade material, política e ideológica da sociedade. A racionalidade burguesa perpassará as diversas esferas da vida social, que passarão a organizar-se a partir desta lógica, repercutindo, inclusive, na formatação de “[...] classes, segmentos de classes, instituições e práticas sociais e profissionais” (GUERRA, 2013, p.1).

Sendo assim, a forma como o conhecimento da realidade se segmenta segundo a proposta burguesa de ciência, incidirá diretamente nas respostas dadas a essa realidade, também as segmentando. Além deste elemento – segmentação do conhecer e do intervir – outros três elementos devem ser destacados como balizadores do surgimento do Serviço Social a partir dessa lógica, quais sejam, a naturalização da realidade, a fragmentação da realidade e a fragmentação do conhecimento. Trataremos dos quatro elementos adiante.

### **2.1. A segmentação do conhecer e do intervir, a naturalização da realidade, a fragmentação da realidade, a fragmentação do conhecimento**

a) A naturalização da realidade: pressupõe a fuga da realidade crítica, naturalizando-a. Afasta o sujeito conhecedor da própria realidade. Naturaliza-se o fenômeno e, conseqüentemente, naturaliza-se também a própria realidade. Montaño, sobre isso, afirma que “[...] esta opção acrítica e ingênua está carregada de resignação perante os “males” de uma sociedade naturalizada e inalterável.” (MONTAÑO, 2007, p. 45). Dessa forma, uma vez que as contradições inerentes à sociedade de classes, fruto da exploração e alienação capitalista, são vistas e entendidas como provenientes naturais desta ordem, as respostas a elas também estarão no campo do possível, sem questionar tais contradições estruturais a essas relações. Sobre a naturalização da realidade e sua interface com as políticas sociais, Montaño afirma:

Desta forma, perante a naturalização das desigualdades, apresenta-se como alternativa válida uma melhor “redistribuição”, ou seja, uma “redistribuição menos desigual” dos recursos sociais. É assim e para isso que entram em cena as políticas sociais, fundamentalmente ligadas a modelos de Estado benfeitores, populistas etc. Procurando reverter as desigualdades “naturais” produzidas na sociedade e no mercado, elas se fundamentam em uma lógica de “desigualdade de signo contrário”. (MONTAÑO, 2007, p. 72)

b) A fragmentação da realidade: a realidade é fracionada a partir do conhecimento e suas esferas, cabendo ao Serviço Social uma fração desta realidade. Com isso, a realidade global é desconsiderada e se segmenta em pequenas partes; caberá a cada profissão a intervenção em uma dessas frações pulverizadas, o que acaba por gerar “[...] a falsa ideia de que aquele objeto pode ser estudado apenas a partir de tal ou qual aspecto particular e autônomo.” (MONTAÑO, 2007, p. 130).

Assim, a segmentação da realidade em “questões sociais” propicia que o tratamento delas seja desenvolvido mediante instrumentos parciais e compartimentados: as políticas sociais setoriais e pontuais. O conhecimento segmentado da realidade condiciona a segmentação das respostas. (MONTAÑO, 2007, p 126)

c) A fragmentação do conhecimento é utilizada no campo das ciências sociais como instrumento elementar do *modus operandi* da nova ciência burguesa, com implicações na gênese e desenvolvimento do Serviço Social. O assistente social, enquanto profissional de um determinado eixo de conhecimento, se vê integrando equipes técnicas multi e interdisciplinares, todavia compondo-as enquanto um ramo fragmentado do saber, sem conseguir, portanto, realizar uma análise crítica geral do fenômeno social a ser abordado enquanto realidade concreta, todavia construída a partir de seu todo.

d) A segmentação entre o conhecer e o intervir: opera-se uma radical cisão entre teoria e prática, que desemboca em afirmações que colocam o Serviço Social como uma profissão da prática, de intervenção direta na realidade, negando a pesquisa e a formulação de teoria

como um campo de possibilidades para o assistente social. Observa-se uma supervalorização da prática e do saber prático-instrumental, em detrimento da produção de conhecimento. Lukács aponta que ao separarmos a teoria da prática, todos os fenômenos sociais se igualam, retirando desses fenômenos suas particularidades conjunturais, fruto das contradições da sociedade capitalista. Sobre essa separação entre teoria e prática, Montaño, explica:

Há aqueles que determinam o “campo de pesquisa” que caracteriza o objeto de conhecimento “específico” do Serviço Social como sendo a própria prática profissional, a sistematização da sua prática. Esta maneira de conceber o espaço próprio do saber profissional se funda na ideia de que a característica deste tipo de pesquisa, que seria própria do Serviço Social, é ela estar orientada para a ação, não sendo uma investigação “pura”, como aquela que comportaria as profissões “científicas”, mas um momento da intervenção de campo. (2007, p. 130)

## 2.2. O Pragmatismo no Serviço Social

Alinhado a essa forma de pensar e intervir no mundo, o Serviço Social em sua gênese e desenvolvimento incorporou o pragmatismo “[...] como representação ideal da imediatividade do mundo burguês” (Guerra, 2013, p. 1). A corrente filosófica pragmática originou-se nos Estados Unidos, em meados do século XIX. Charles Peirce (1839-1914), William James (1842-1910) e John Dewey (1859-1952) foram os mais importantes pensadores pragmatistas. O núcleo central da ação pragmática é a afirmação de que uma regra poderá sempre esclarecer o conteúdo das hipóteses, traçando soluções imediatas para determinados problemas e/ou campos de intervenção, sem preocupar-se, contudo, com o entendimento da verdade em si, que deve ser buscada em sua essência, a partir e para além de sua aparência. Abordando o pragmatismo e o Serviço Social, Guerra (2013) afirma que:

Considera que o significado das coisas, dos processos e das práticas sociais, reside neles próprios e rebate sobremaneira nas intervenções sociais e profissionais, afetando não apenas as profissões e os assistentes sociais, mas os sujeitos sociais do mundo burguês e as profissões interventivas como um todo. (Guerra, 2013, p. 2)

Por se tratar de uma repetição acrítica de métodos interventivos na realidade, o pragmatismo se preocupa apenas com a resolução dos problemas por meio da aplicação de condicionalidades, que servem somente ao ajustamento dos indivíduos à ordem burguesa. No tocante ao Serviço Social, o pragmatismo relaciona-se com o fazer prático do assistente social a partir de três núcleos categoriais apontados por Guerra (2013), quais sejam, o antifundacionismo, o contextualismo e o consequencialismo.

O antifundacionismo é a vertente pela qual o pragmatismo nega a compreensão das verdades em sua essência, atuando no campo da aparência de tais verdades. O que importa é a resolução dos problemas e a imperatividade de dar respostas imediatas às questões

colocadas na prática profissional. Nega qualquer viabilidade de vislumbrar e tratar tais questões a partir do prisma da universalidade abstrata e histórica dos fenômenos sociais. Para Guerra (2013) “[...] aí se localiza a ideia de que o fundamento do pragmatismo é não se orientar por fundamentos”.

Assim, nega qualquer conhecimento que esteja fundado em conceitos universais, ou melhor, que não seja fruto da experimentação do método, com o que põe em questão a existência de uma objetividade na realidade. Cabe ao pragmatismo remeter e interpretar os conceitos no domínio da “experiência”, e estes somente são aceitos à medida que permitem uma modificação da ação. Trata-se de um tipo de conhecimento aplicado à mudança ou de uma teoria da ação social. (GUERRA, 2013, p.4)

O segundo núcleo é o consequencialismo, que afirma que a verdade em si é um dogma que não interessa à ação prática. A verdade que importa é aquela que é sacada na experiência de cada indivíduo. E de onde surgem essas experiências? Do contexto no qual essas pessoas estão inseridas. A atenção do consequencialismo está voltada para a análise das experiências e o significado dos fenômenos está completamente e unicamente atrelado ao resultado dessas experiências. Daí dizermos que o pragmatismo é uma ciência observacional, já que “[...] toda hipótese tem que ser estabelecida pela observação e pelo raciocínio, do que decorre que toda hipótese desprovida de consequência experiencial é desqualificada” (GUERRA, 2013, p. 4).

Apropriando-se do que diz John Dewey, psicólogo behaviorista e filósofo norte-americano, Guerra aponta que o consequencialismo, se observado pela perspectiva apontada por Dewey, irá se converter em instrumentalismo, uma vez que o filósofo questionará a lógica interna para o conhecimento dos fenômenos, interessando apenas a aplicabilidade daquele conhecimento na resolução prática dos problemas apresentados pelos indivíduos. Sendo assim,

O que importa na relação teoria-prática para o pragmatismo não é a relação entre teoria e realidade, senão que as formulações teóricas se constituam em guia para a investigação. Assim, tais formulações teóricas são válidas à medida que tenham utilidade e êxito na investigação da realidade na qual o sujeito insere-se. Desse modo, não interessa que a teoria seja a expressão mais próxima possível da realidade, mas que sirva como orientação para testar se as concepções teóricas relacionam-se de fato com a experiência do sujeito, daí extraindo a veracidade das mesmas. (GUERRA, 2013, p.5)

O contextualismo, terceiro núcleo categorial do pragmatismo, pressupõe que é das experiências de cada indivíduo que se retiram as verdades. Presume-se no contextualismo que o contexto que cada pessoa está inserida é assim inerente à vida dessa pessoa e se relacionará diretamente com o modo de produção e reprodução de sua vida. O destaque dado à experiência é no sentido de indicar que caberá a ela nortear toda a investigação. Como o

contexto está em processo de constante transformação, caberá aos indivíduos se adaptarem a tais contextos. A lógica da adaptação está, portanto, estruturalmente presente no contextualismo e isso se encaixa perfeitamente à perspectiva pragmática do Serviço Social e à manutenção da sociedade de classes, já que a possibilidade de transformação social é negada em detrimento do ajustamento dos indivíduos à ordem burguesa.

Dessa forma, é notória e irrefutável a presença do pragmatismo no fazer prático profissional dos assistentes sociais desde a origem da profissão. O cotidiano, “[...] como espaço que sintetiza os fundamentos ontológicos da vida social [...]” (GUERRA, 2013, p.2), exige deste profissional a necessidade de dar respostas rápidas à realidade posta e, por isso, a concepção pragmática ganha tamanho espaço enquanto corrente filosófica no Serviço Social. Segundo o pragmatismo não é necessário questionar ou compreender a gênese das contradições sociais a partir de suas estruturas e relações; basta agir sobre elas. As respostas são imediatistas e colocam o homem como sujeito central responsável pelo sucesso ou fracasso dessas respostas. A instrumentalidade como balizadora das ações profissionais indica que o mais importante é a resolução dos problemas, pouco interessando como eles surgem e por que surgem. Toda essa forma de compreender e agir sobre as questões sociais é extremamente funcional ao capitalismo, uma vez que a ordem burguesa não é questionada, de modo que sua perpetuação se torna algo natural e legítimo.

Essa forma de compreender os fenômenos sociais e agir sobre eles empobrece a racionalidade crítica. A necessidade de dar respostas imediatas aos fenômenos do cotidiano faz do assistente social um profissional acrítico, uma vez que a premissa básica dessa forma de pensamento é justamente não pensar acerca das causas e dos movimentos figurados nas questões aparentemente postas, mas, de outro modo, apenas atuar sobre tais questões de forma repetitiva, fenomênica, metódica e empirista. A máxima de que “só é possível fazer fazendo” mascara o problema e depauperava a criticidade sobre o fenômeno. Nesse aspecto, o empobrecimento das possibilidades de desenvolvimento do conhecimento crítico pode ser entendido como a “miséria da razão”, assim conceituada por Carlos Nelson Coutinho (2010) como a ausência de uma razão dialética, do humanismo e do historicismo presentes em Marx. Coutinho aponta para o fato de que a necessidade de respostas imediatas às questões da realidade cotidiana impede a compreensão da totalidade do real e, portanto,

A “miséria da razão” – seu empobrecimento e extrema formalização – desemboca num agnosticismo que oculta a essência do real. Enquanto o racionalismo da época clássica propunha-se conquistar terrenos cada vez mais amplos para e por meio da razão humana, o miserável racionalismo da decadência preocupa-se principalmente em estabelecer “limites” para o conhecimento, enquanto a filosofia clássica era preponderantemente ontológica, preocupada com o conteúdo objetivo do mundo o agnosticismo decadente pretende-se simples epistemologia, simples análise formal dos “limites do conhecimento”. A razão, em suma, deixa de ser a imagem da legalidade objetiva da totalidade real, passando a confundir-se com as regras formais

que manipulam “dados” arbitrariamente extraídos daquela totalidade objetiva. O paralelismo entre esse empobrecimento da razão e o esvaziamento da práxis na atividade burocrática não é casual. A “miséria da razão” é a expressão teórica – deformada e deformante – do mundo burocratizado do capitalismo. (COUTINHO, 2010, p.51)

Todo esse modo de pensar e agir sobre e na realidade a partir da perspectiva pragmática está completamente em desacordo com o método apontado por Marx de compreensão e intervenção na realidade, qual seja, o materialismo histórico dialético. O pragmatismo nega, sobretudo, a historicidade e a dialética dos fenômenos. Para Marx, não basta a experiência dos homens na interpretação da realidade, mas é a reflexão sobre esta realidade que deve balizar a sua interpretação e intervenção. O marxismo se pauta pela análise político-econômica das relações sociais de forma crítica, localizando nas relações estruturais do antagonismo de classes, próprio do capitalismo, o cerne das contradições presentes na sociedade de classes capitalista. O pragmatismo, de outro modo, interpreta os fenômenos sociais sem considerar a dimensão estrutural contraditória da organização social, política e material a qual estão inseridos e, com isso, assume uma visão rasa, estática e conservadora do mundo. Desse modo, na medida em que se torna impossível a superação do imediatismo e do espontaneísmo pragmático, o alcance da essência, via superação da aparência, também estará comprometido. Sobre isso, Coutinho afirma que:

A incapacidade de atingir a essência surge espontaneamente em todos os indivíduos que vivem no capitalismo evoluído. Ao submeter-se a esse espontaneísmo, a filosofia da decadência cai na mesma incapacidade: termina por converter em antinomias algumas contradições dialéticas e por elevar a fetiches coagulados momentos isolados de uma totalidade contraditória. (COUTINHO, 2010, p. 39)

Logo, o que se pode observar é que o Serviço Social, que nasce enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho como instrumento de adequação dos indivíduos à sociedade capitalista, por todo o exposto, irá especializar-se em responder as demandas postas pelas contradições desse modo de produção, todavia sem a pretensão de ameaçar tal ordenamento. As contradições são vistas e tratadas como problemas individuais e o assistente social é o profissional chamado a ajustar esses indivíduos, por meio de ações imediatistas e espontaneístas, visando, simplesmente, evitar o conflito. Sobre isso, Guerra afirma:

O Serviço Social surge como uma das profissões chamadas a buscar o consenso para os supostos conflitos individuais, adequar comportamentos “desviantes” e anônimos e incidir em situações de tensionamento que ameaçam e colocam em “risco” o ordenamento social. Concebida como técnica de ajuda, de administração de conflitos ou tecnologia de solução de problemas, à profissão demandam-se resultados imediatos que alterem alguma variável do contexto social, do cotidiano no qual os sujeitos receptores de sua ação profissional inserem-se. Assim é que, além da

determinação imposta pela divisão do trabalho, o solo ontológico no qual se gesta o exercício profissional é o cotidiano. (GUERRA, 2013, p.2)

Pode-se perceber, portanto, que as escolhas teóricas que fundamentaram a gênese e o desenvolvimento da profissão estiveram em consonância com um projeto político de sociedade que não visava a emancipação humana. A prática do assistente social, como movimento histórico da realidade, afastou este profissional da perspectiva teórica crítica marxiana, alienando-o também do seu próprio trabalho. Isso se assemelha ao método durkheimiano de análise e interpretação dos fenômenos sociais. Durkheim (1983) considera a autonomia humana apenas a partir do consentimento às normas sociais estabelecidas, ignorando os processos socio-históricos e as condições materialmente impostas aos homens como influenciadores das relações sociais que travam em sociedade. A análise é rasa e está situada no campo da objetividade científica e comprovadamente aplicável. Sobre isso, ele afirma:

Portanto, quando se procura explicar um fenômeno social, é preciso pesquisar separadamente a causa eficiente que o produz e a função que ele cumpre. Servimo-nos da palavra função de preferência às palavras fim ou objetivo, precisamente porque os fenômenos sociais não existem, de modo geral, tendo em vista os resultados úteis que produzem. O que é preciso determinar é se há correspondência entre o fato considerado e as necessidades gerais do organismo social, e em que consiste essa correspondência, sem se preocupar em saber se ela foi intencional ou não. Todas as questões de intenção, aliás, são demasiados subjetivas para poderem ser tratadas cientificamente. (DURKHEIM, 1983, p. 98)

Nota-se, portanto, a influência positivista dessa prática objetivada pela aparência dos fenômenos e funcional para a manutenção da ordem. O positivismo, enquanto linha teórica da sociologia, consiste na observação dos fenômenos, subordinando a imaginação aos dados imediatos oferecidos pela experiência. August Comte, fundador dessa linha de pensamento, preocupou-se em elaborar um método de análise que entende a sociedade como regulada por leis naturais, e seus fenômenos independem da ação humana. No pensamento positivista, as leis que regulam o funcionamento da vida social, econômica e política dos indivíduos se assemelham às leis naturais e, portanto, são inalteráveis e devem ser aceitas pelos homens como fato natural. Opera-se uma verdadeira naturalização e ocultamento dos fenômenos, além de implicar na coisificação da vida em sociedade.

Nesse sentido, a matriz positivista ofereceu ao Serviço Social, desde sua gênese, um suporte teórico-metodológico e instrumental-operativo que trata as relações sociais no campo de suas vivências imediatas e objetivas. Essa perspectiva desloca a visão do profissional para o âmbito do verificável, experimentável e, conseqüentemente, fragmentando a realidade totalizante de seus usuários. O conhecimento deveria ser apenas contemplativo e não



interventivo, subjugando a criticidade e a possibilidade de mudanças e processos de ruptura com a realidade posta; esses representavam uma ameaça à ordem burguesa e, por isso, eram rechaçados. O fazer profissional do assistente social se embebeu dessa orientação funcionalista e a atuação destes profissionais se restringia ao campo da adaptação e do ajustamento. O que se observou, portanto, foi a tecnificação da ação profissional dos assistentes sociais.

A leitura positivista da realidade influenciou também as políticas sociais. Uma visão crítica a respeito da questão social, neste período, não existia, haja vista os referenciais teóricos que o Serviço Social, em consonância com o Estado, utilizou para dar explicações e intervir na realidade social dos homens. Eram fundamentos conservadores, acrílicos, baseados no funcionalismo e na doutrina imposta, ainda, pela Igreja, instituição com larga influência sobre o Estado e a sociedade. O predomínio do pensamento conservador e a perspectiva positivista, como norteadora das ciências sociais, fundamentavam a prática profissional e as políticas sociais ofertadas pelo Estado e objeto de ação do assistente social. A profissão não questionava o status quo, mas aceitava passivamente o significado de sua função social, atribuída pelo Estado e pela burguesia, bem como as políticas sociais acompanhavam esse movimento.

O caráter utilitarista, imediatista, superficializado, marcado pela heterogeneidade e espontaneidade são os fundamentos balizadores das Políticas Sociais. Elas surgem a partir da necessidade de dar respostas às mazelas provocadas pela propriedade privada e exploração do homem pelo homem no modo de produção capitalista, todavia na mesma lógica funcional e conservadora que perpassa a atuação profissional. Como se apresentam desde sua gênese, as políticas sociais se colocam apenas no campo da aparência, possuem um caráter de ajuda e desempenham uma função estritamente econômica, no sentido de formar e garantir a existência de força de trabalho e para manter força de trabalho viva e disponível para ser explorada pelo capitalista, além de sustentar a existência do exército industrial de reserva e a manutenção do lucro do capitalista. Outra função da política social, nesse horizonte, é a redução dos custos de reprodução da força de trabalho, já que o salário deixa de ser a única forma de garantir a sobrevivência dos trabalhadores. Para além de seu aspecto material, as políticas sociais na sociedade capitalista também possuem uma função política; o que se observa é que elas promovem um deslocamento das lutas sociais, que saem da esfera do capital para a esfera do Estado. O Estado passa ser o alvo dos processos de resistência dos homens, mascarando o modo de produção que o submete e obriga a garantir direito mínimos de sobrevivência. O Estado no capitalismo é sempre um Estado capitalista.

Portanto, esta forma de pensar e formular as políticas sociais termina por promover a perpetuação funcionalista da dominação, opressão, exploração e alienação na sociedade capitalista. E daí podemos apontar o seu caráter contraditório: apesar de se apresentarem como fruto da conquista dos trabalhadores, elas possuem também a função de manutenção da ordem vigente, já que o Estado não está interessado em alterar as condições de vida dos homens e mulheres trabalhadores, mas, ao contrário, de ajustá-los para serem mais produtivos ao sistema.

Esses traços do conservadorismo, influenciadores direto das práticas profissionais e das políticas sociais, são tratados por Leila Escorsim Netto, em sua obra “O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica” (2013). Neste livro, a autora afirma que a matriz conservadora

[...] rendeu-se à irreversibilidade do desenvolvimento capitalista e assumiu uma perspectiva especialmente contrarrevolucionária, oferecendo alternativas reformistas para preservar a ordem estabelecida e, incorporando, em sua tendência predominante, a racionalidade instrumental-positivista, mobilizou-se para elaborar a representação teórico-metodológica da sociedade burguesa. (ESCORSIM NETTO, 2013, p. 69).

A relação do Serviço Social com o conservadorismo é, portanto, histórica, sendo absolutamente recente a tentativa de superação desta matriz teórica por parte dos assistentes sociais. Todavia, o que se observa nas práticas profissionais são resquícios desse conservadorismo ainda na atualidade. Mesmo os assistentes sociais que se pretendem marxistas, ou simpáticos ao método marxiano de análise e intervenção na realidade, por desconhecerem as matrizes teóricas e práticas que fundam a profissão e as políticas sociais, atuam embasados pela perspectiva conservadora e positivista, numa relação superficial de análise do real com a intervenção fragmentada e acríica das questões sociais.

Ao pontuar as “Críticas marxistas ao conservadorismo” (2013), Escorsim Netto destaca que tanto o conservadorismo quanto o marxismo são vertentes do pensamento e da prática política, no entanto são drasticamente e estruturalmente antagônicos, apesar de ambos serem resultado do processo de nascimento e solidificação da ordem burguesa capitalista; ela aponta para a modernidade do pensamento conservador quando afirma que “a inserção do pensamento conservador no campo do pensamento moderno. [...] o pensamento conservador (no mínimo depois de 1848) é uma expressão do pensamento social moderno.” (ESCORSIM NETTO, 2013, p. 148).

### 3. Considerações finais

Apresentadas as correntes filosóficas que influenciaram a natureza do Serviço Social desde sua gênese e desenvolvimento enquanto profissão, cabem aqui algumas considerações, fruto das análises feitas durante todo processo de estudo e apreensão deste tema e seu importante resgate histórico. É possível afirmar que, mesmo após o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na década de 1980 e o giro teórico-prático profissional que se deu na direção da tradição marxista como balizadora das matrizes curriculares – no que se refere aos eixos ensino, pesquisa e extensão, bem como no método interventivo-prático do assistente social – as matrizes positivistas, conservadoras, neoconservadoras e pós-modernas ainda estão fortemente presentes no Serviço Social, em seus instrumentais práticos de atuação e nas abordagens em si. Isso se deve a três fatores: primeiro ao desconhecimento, por parte dos assistentes sociais, acerca das matrizes filosóficas que norteiam o Serviço Social desde sua origem; segundo pela própria natureza contraditória da profissão e a gritante necessidade, imposta a esses profissionais, de dar respostas e soluções imediatas em seu cotidiano profissional; e, por fim, pela essência claramente conservadora e funcionalista das políticas públicas sociais, com as quais e sob as quais os assistentes sociais trabalham e atuam diretamente. Tais fatores tendem a impulsionar os profissionais do Serviço Social para ações prático-interventivas de caráter claramente pragmáticas e conservadoras.

É notório ainda, a título de conclusão, como todo esse debate se aplica à relação teoria-prática no Serviço Social. A teoria tem como objeto a prática, todavia ela não altera a prática. O que muda a prática é a própria prática. Esse processo de mudança da prática profissional se dá por meio de mediações necessárias à nossa atuação enquanto assistentes sociais. Para tanto, é imperioso compreendermos qual teoria ou matriz teórica o profissional de Serviço Social irá eleger em seu fazer profissional. Destarte, é necessário que, depois de eleita, o assistente social se dedique ao conhecimento profundo dela. Do contrário, caso o profissional não domine a teoria de escolha em sua prática, qualquer teoria irá lhe usar, mesmo que ele não tenha clareza disto.

Por fim, sobretudo, o mais fundamental é a necessidade concreta de o assistente social embasar-se a partir de uma teoria crítica para compreender a realidade social e seus fenômenos e atuar sobre ela. É basilar que o assistente social enxergue a contradição em que se situa a profissão, bem como todas as contradições próprias da sociedade capitalista – que se estendem às categorias gênero/sexo e raça/etnia. A teoria crítica deve norteá-lo na perspectiva de apanhar tais contradições sem ilusões e sem fatalismos. Não se deve, ao apropriar-se da essência dominadora da sociedade de classes burguesa, compreendê-la como natural ou imutável, mas, de outro modo, tomá-la como fruto de fenômenos históricos,

políticos, materiais e culturais – e o capitalismo é um desses fenômenos, bem como o patriarcado – e as complexas relações que as tais estruturas sociais dominantes mantêm entre si para garantir opressão e exploração sobre a classe trabalhadora. Além disso, faz-se necessário rechaçar as tentativas messiânicas de atuação profissional, como se fosse possível enquanto categoria alterarmos sozinhos a atual ordem societária. Portanto, nossa intervenção deve se dar no campo do realismo. Compreender a realidade criticamente e intervir sobre ela, para além da fenomenologia, mas chegando à essência a partir da aparência via práxis profissional.

### Referências

- COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- DURKHEIM, Émile. “As regras do Método Sociológico”. *In*: DURKHEIM. **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- GUERRA, Yolanda. “Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares”. **Rev. Katalysis**, Florianópolis, SC, v. 16, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v16nspe/04.pdf>.
- LUKÁCS, Georg. “Marx e o problema da decadência ideológica”. *In*: LUKÁCS, G. **Marxismo e Teoria da Literatura**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MONTAÑO, Carlos. “A natureza do Serviço Social na sua gênese”. *In*: MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a especificidade e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2007.